

São Bernardo do Campo volta ao consórcio de cidades do ABC depois de dois anos

A Câmara de São Bernardo do Campo aprovou por unanimidade em sessão extraordinária nesta sexta-feira, 3, proposta que dá permissão ao prefeito do município, Marcelo Lima (Podemos), de recolocar a cidade no Consórcio ABC ? formado por cidades da região que buscam verbas e projetos junto aos governos federal e estadual para Santo André, São Bernardo, Diadema, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra e Mauá. Atualmente, São Caetano do Sul está fora do grupo, mas há sinalização do atual prefeito, Tite Campanella (PL), em retornar ao bloco nas próximas semanas.

A Prefeitura de São Bernardo afirmou, em nota, que o retorno ao Consórcio ABC “possibilita esse realinhamento ao colegiado, que tem objetivo de discutir políticas públicas comuns entre as sete cidades”. O Estadão apurou que o prefeito Lima tentará fortalecer os laços entre as sete cidades do ABC Paulista em uma tentativa de ampliar os índices de industrialização, setor que se tornou referência para região nas décadas de 1980 e 1990.

“Nossa missão é o diálogo, tendo como foco as pessoas. A política é instrumento de transformação. Com essa aprovação do projeto, São Bernardo está se reposicionando nos âmbitos regional, estadual e nacional, abrindo novamente para debate de grandes projetos que possam ser articulados em conjunto na região, dentro da perspectiva de que as cidades, em diversos casos, podem construir soluções para interesses coletivos”, afirmou Lima, que assumiu como prefeito na última quarta-feira, 1º, para o mandato 2025-2028.

São Bernardo está fora do Consórcio ABC desde 2022, quando o então prefeito Orlando Morando (à época no PSDB, hoje sem partido) decidiu sair do grupo junto com São Caetano (à época comanda pelo também tucano José Auricchio) e Ribeirão Pires. Poucos dias depois, Ribeirão voltou ao consórcio.

Havia divergências internas entre os prefeitos, o que levou a então ala tucana a abandonar o consórcio. Em 2022, foram eleitos para o comando do bloco econômico PT), prefeito de Mauá, e José de Fillipi Jr (PT), então chefe do Poder Executivo de Diadema, o que desagradou opositores.

Posteriormente, Morando e Auricchio alegaram que os altos custos da mensalidade do Consórcio não são compatíveis com a realidade dos municípios. O valor gira em torno de R\$ 350 mil por mês.

Parcelamento de dívida é aprovado em São Bernardo

Ainda na sessão extraordinária desta sexta, os vereadores da maior cidade do ABC Paulista aprovaram parcelamento de dívidas municipais denominado “Tudo em Dia”. A proposta valerá a partir de fevereiro e os munícipes e empresas com dívidas de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre Serviços (ISS) e taxas poderão ter isenção ou desconto de juros, multa e acréscimos compensatórios para facilitar a quitação.

<https://agencia7.jornalfloripa.com.br/agencia7/90488>

Veículo: Online -> Site -> Site Jornal Floripa

Seção: Notícias